



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTROS DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAROLINA NANTUA XIMENES

**O IMPACTO DO AIIB NA ECONOMIA POLÍTICA INDIANA: Um estudo de caso
sobre a atuação do banco no país sul-asiático (2016-2022)**

JOÃO PESSOA
2024

CAROLINA NANTUA XIMENES

**O IMPACTO DO AIIB NA ECONOMIA POLÍTICA INDIANA: Um estudo de caso
sobre a atuação do banco no país sul-asiático (2016-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de
Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharela em Relações
Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves
Coorientador: Prof. Me. Samuel André Spellmann
Cavalcanti de Farias

JOÃO PESSOA
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

X6i Ximenes, Carolina Nantua.
 O impacto do AIIB na economia política indiana: um estudo de caso sobre a atuação do banco no país sul-asiático (2016-2022) / Carolina Nantua Ximenes. - João Pessoa, 2024.
 37 f.

 Orientação: Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves.
 Coorientação: Samuel André Spellmann Cavalcanti de Farias.
 TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

 1. Índia. 2. Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. 3. AIIB. 4. Política internacional. I. Gonçalves, Pascoal Teófilo Carvalho. II. Farias, Samuel André Spellmann Cavalcanti de. III. Título.

UFPB/CCSA CDU 327

CAROLINA NANTUA XIMENES

O IMPACTO DO AIIB NA ECONOMIA POLÍTICA INDIANA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ATUAÇÃO DO BANCO NO PAÍS SUL-ASIÁTICO (2016-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, _10_ de _abril_ de 2024_

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **PASCOAL TEOFILO CARVALHO GONCALVES**
Data: 12/04/2024 15:03:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **SAMUEL ANDRE SPELLMANN CAVALCANTI DE FARIAS**
Data: 15/04/2024 23:27:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Samuel André Spellmann Cavalcanti de Farias – (Co-orientador)
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE CESAR CUNHA LEITE**
Data: 16/04/2024 14:52:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Alexandre César Cunha Leite
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Documento assinado digitalmente
 **LUCAS MILANEZ DE LIMA ALMEIDA**
Data: 16/04/2024 15:16:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Dedico ao meu pai, à minha tia Giselda e à minha irmã Marina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família por todo o apoio ao longo desses cinco anos de graduação. Em especial à minha tia Giselda por ter apoiado todos os meus planos e sempre ter acreditado em mim, até nos meus dias ruins. Agradeço também à minha irmã Marina pelo apoio constante através das dificuldades e perdas que passamos juntas no decorrer desse tempo. Em segundo lugar, gostaria de agradecer aos meus amigos, aos que trouxe comigo de casa e aos que fiz pelo caminho desde que cheguei aqui.

Aos primeiros agradeço por terem permanecido ao meu lado me incentivando a perseguir meus sonhos, sempre mantendo meu lugar guardado para quando eu voltasse pra casa depois de conquistá-los. Aos últimos, agradeço por terem vivido comigo tantos momentos felizes e participado das descobertas que fiz aqui, na Paraíba. Agradeço por terem sido lar durante esses anos e feito menos difícil a aventura de abandonar tudo que tinha em busca da graduação na universidade. Dedico também a todos os amigos que passaram pelo meu caminho sem ter ficado, o tempo com vocês também foi frutífero e o carinho foi real.

Por fim agradeço aos meus professores, que me ensinaram com cuidado e dedicação, e que alimentaram a minha paixão pela economia política e pelas relações internacionais. Com destaque especial agradeço aos meus orientadores Pascoal Gonçalves, que me inseriu no mundo acadêmico com a iniciativa científica, e Samuel Spellmann, que topou me orientar e tornar possível esse trabalho. Especialmente ao último agradeço pela paciência, eu sei que precisei. Sou infinitamente grata pela oportunidade de estudar o curso que anseio desde os 13 anos e de escolher e construir o futuro que quero para mim ao lado dos meus. Passei por muitas dificuldades, mas nenhuma delas sozinha. Sempre teve um espaço guardado pra mim na mesa da minha família e dos meus amigos e isso foi indispensável na minha trajetória. Viajo porque preciso, volto porque te amo.

‘Caminante, no hay Camino, se hace Camino al andar’ - Don Antonio Machado

RESUMO

Criado por iniciativa da China em 2014, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (*Asian Infrastructure Investment Bank* - AIIB) é um dos novos bancos multilaterais de desenvolvimento responsáveis por auxiliar financeiramente países com alto potencial de desenvolvimento. Seu foco de atuação tem se voltado para o amparo financeiro de Estados na realização de obras de infraestrutura em setores que abrangem desde saneamento básico até logística de mobilidade urbana. A Índia aparece como o país que mais solicitou financiamento entre o ano de 2016 e 2022. Sendo um país com taxas de crescimento impressionantes tanto em população quanto no PIB, não é de se estranhar a necessidade de investimentos em estrutura na Índia. O presente artigo tem o intuito de expor o financiamento do AIIB para a república indiana, analisando os projetos aprovados no país. Visa-se compreender o financiamento multilateral como ferramenta econômica de desenvolvimento na Índia. A pesquisa de base exploratória analisa os projetos aprovados pelo AIIB entre 2016 e 2022, elencando suas principais características, e discutindo seus impactos para o cenário indiano.

Palavras-chave: Índia; AIIB; Política internacional; Ásia; desenvolvimento

ABSTRACT

Created as a Chinese initiative in 2014, the Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) is one of the new multi-state development banks responsible for financially assisting countries with high development potential. Its focus has been on providing financial support to states to carry out infrastructure works in sectors ranging from basic sanitation to urban mobility logistics. India is the country that has requested the most funding between 2016 and 2022. As a country with reasonable growth rates in both population and GDP, the need for structural investment in India is not surprising. The purpose of this article is to expose AIIB financing for the Indian Republic, analyzing the projects approved in the country. The aim is to understand multilateral financing as an economic tool for development in India. The exploratory research analyzes the projects approved by the AIIB between 2016 and 2022, listing their main characteristics and discussing their impacts on the Indian scenario.

KEYWORDS: India; AIIB; International politics; Asia; Development

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição do capital investido por setor	p. 26
Gráfico 2	Distribuição do capital investido por país (2016-2022)	p. 29
Gráfico 3	Projetos Aprovados na Índia por setor	p. 30
Gráfico 4	Projetos Aprovados na Índia por estado	p. 31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADB	BANCO ASIÁTICO DE DESENVOLVIMENTO
AIIB	BANCO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA ASIÁTICO
BAfD	BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO
BEI	BANCO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO
BID	BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
BIRD	BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO
BM	BANCO MUNDIAL
BRI	BELT AND ROAD INITIATIVE (NOVA ROTA DA SEDA)
FMI	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
IBEF	INDIA BRAND EQUITY FOUNDATION
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	10
2.METODOLOGIA.....	13
3.CONTEXTUALIZAÇÃO.....	14
3.1.A EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO MULTILATERAL AO DESENVOLVIMENTO	14
3.2.O BANCO ASIÁTICO DE INV ESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA.....	28
4.A ÍNDIA E O NOVO FINANCIAMENTO MULTILATERAL.....	21
5.O AIIB NA ÍNDIA.....	24
6.CONCLUSÃO E DISCUSSÃO.....	29
7.REFERÊNCIAS.....	31

1.INTRODUÇÃO

Nas últimas cinco décadas, o Leste Asiático tem passado por significativas transformações. Uma das evidências mais claras das mudanças político-econômicas pode ser vista no processo de desenvolvimento econômico que a Índia conseguiu atingir após a sua independência. Seu poderio tecnológico chegou ao ponto da produção e manuseio de tecnologia nuclear (Mohan, 2016). O seu crescimento populacional é acompanhado pela urgência em estruturar tanto áreas urbanas, que sofrem com a aglomeração acelerada de indivíduos dentro de um território delimitado quanto em áreas rurais, que, segundo o último censo, em 2011, ainda correspondem a mais de dois terços da região de moradia da população indiana (Census India, 2011).

Tomadas estas realidades, há a necessidade de ter um projeto urbanístico que atenda aos anseios de uma população cujo PIB cresceu numa média de 7,2% no espaço de tempo entre 2005 e 2022. O que justifica o requerimento do financiamento de obras de infraestrutura de grande proporção que auxiliem em alguma dimensão esse processo. Dessa forma, requisitar investimento de bancos multilaterais de desenvolvimento como o do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) seja uma estratégia interessante para conseguir realizar uma intervenção desse porte em um país como a Índia, tão extenso em território e plural que representa a maior parte do chamado subcontinente indiano.

Por outro lado, deve-se examinar o contexto geopolítico no qual o banco está inserido. Por iniciativa chinesa, foi fundado em 2014 o Banco de Investimento em Infraestrutura Asiático (AIIB). O banco de desenvolvimento multilateral descreve-se como uma instituição financeira focada no “desenvolvimento da Ásia-Pacífico, mas com membros por todo o mundo, com investimentos em infraestrutura e outros setores produtivos que buscam fomentar o desenvolvimento econômico sustentável, criar riqueza e melhorar a conectividade da infraestrutura” (AIIB). Aberto para operações em 2016, o AIIB é uma organização que poderia ser enxergada como uma contraposição ao banco de origem estadunidense, o Banco Mundial, sendo interpretado como uma forma de trazer mudanças ao eixo de governança global vigente (Freeman, 2019).

Esse processo contou com oposição direta dos Estados Unidos, fato perceptível nas declarações do conselho de segurança nacional estadunidense concedidas ao The Guardian em março de 2015: “Acreditamos que qualquer nova instituição multilateral deve incorporar os altos padrões do Banco Mundial e dos bancos regionais de desenvolvimento. Com base em

muitas discussões, temos preocupações sobre se o AIIB atenderá a esses altos padrões, especialmente em relação à governança e às salvaguardas ambientais e sociais.”. Em contraposição a isso, a China se empenhou em seus esforços diplomáticos, visando angariar legitimidade através da vinculação de Estados interessados em integrar o projeto. O país obteve sucesso ainda no mesmo ano de 2015, com a assinatura de memorandos de entendimento em março com a adesão do Reino Unido ao AIIB.

A participação da Índia ocorre desde o início das negociações para estabelecimento do AIIB. O país sul-asiático foi diretamente convidado para fundar o banco junto a China em junho de 2014 (Aneja, 2014), e assinou um memorando de entendimento acerca do AIIB junto com outros vinte países em outubro do mesmo ano. Atualmente ocupa a vice-presidência da instituição e tem o segundo maior poder de votação - vale ressaltar que em 2015 isso representava 7,51% do poder de voto, em contrapartida com a China, que detinha 26,06% -. Sendo assim, dentre 201 projetos aprovados pelo banco entre 2016 e 2022, 39 deles estão localizados na Índia, representando quase 20%. Todavia, quando somados também à lista de projetos não aprovados, temos mais 19 planos submetidos, que totalizam 21,4% dos projetos avaliados pela instituição desde que iniciou operações no ano de 2016. Esses dados demonstram não só o entrosamento do Estado indiano com a organização, mas também sua ansiedade em obter empréstimos direcionados a fomentar o desenvolvimento estrutural. O que indica, em certa medida, alinhamento político com a organização.

A partir disso, este artigo investiga o espaço que o AIIB ocupa dentro do sistema financeiro de investimento em desenvolvimento no contexto asiático e sua relação com os outros agentes influentes na governança financeira regional buscando compreender também o papel específico que ele tem na Índia. Ainda nesse contexto, se faz necessário inquirir se há de fato uma competição em relação à dominância institucional entre os agentes de financiamento multilateral na região ou se o cenário mais provável é o de cooperação, tendo em vista a incapacidade dos recursos disponíveis de suprir a demanda infraestrutural asiática e como é possível analisar isso a partir do caso indiano. O trabalho objetiva se debruçar sobre tensões políticas acerca da fundação do AIIB, refletir seu espaço no panorama financeiro e entender a sua contribuição para a estratégia desenvolvimentista indiana.

Os dados levantados, assim como o debate teórico realizado, têm a função de apresentar o banco multilateral de desenvolvimento dentro da estratégia indiana de desenvolvimento nacional e regional. Ainda nesse viés, busca-se também entender como o

AIIB impactou a Índia e como se deu esse processo, como estão os projetos aprovados atualmente e qual o seu papel no planejamento urbano e político do país a longo prazo.

O trabalho é então dividido em quatro partes. A primeira delas contextualiza o leitor acerca da construção do cenário atual, a segunda analisa a estruturação do AIIB e todos os esforços e negociações incentivados essencialmente pelos chineses para viabilizar a criação desta instituição. A terceira busca trazer o contexto político e social atual da Índia, com o intuito de examinar os aspectos dessa aproximação com a instituição bancária e com a China de uma forma geral. Esses três primeiros serão feitos de forma qualitativa, enquanto a quarta parte, de forma quantitativa; na qual serão trazidos dados concretos sobre o padrão de investimentos do banco, setores em foco e localização geográfica dos projetos aprovados, representando um balanço geral dos resultados obtidos e as conclusões que se podem inferir diante do que foi trazido ao longo do trabalho.

2. METODOLOGIA

Para adquirir informações sobre o AIIB, foram extraídos do site oficial da instituição os dados acerca de todos os seus projetos aprovados e propostos, que foram tabelados e organizados de forma a facilitar a análise de dados, são coletados os países, o valor do empreendimento, o tipo de estrutura financiada e ano, sendo divididos também entre projetos aprovados e os não aprovados, para que se possa também ser traçado um perfil de interesse¹. Esses dados são usados de forma quantitativa e qualitativa ao longo do trabalho, sendo mencionados em múltiplas sessões. Além disso, são citadas fontes jornalísticas, imprescindíveis para a construção do panorama global acerca da idealização, construção e execução do banco.

Para um entendimento da situação socioeconômica indiana no cenário internacional foram analisados os dados fornecidos pelo próprio governo indiano, através do IBEF (India Brand Equity Foundation), organização estabelecida pelo ministério de comércio e indústria do governo da Índia. Além disso, os dados estatísticos populacionais foram extraídos do censo indiano mais recente (2011) e de artigos de acadêmicos locais. O desenho do contexto regional é feito a partir da literatura de autores indianos (principalmente) que se debruçam sobre a formação, história e desenvolvimento do país, como é o caso de Deshpande e Jose.

Em adição a isso, a revisão de literatura utilizada na elaboração do trabalho busca ser ampla ao procurar também autores fora do eixo Europa-Estados Unidos, sem excluí-los, é claro. Para isso, autores de escolas chinesas como Yeo, Woo e Ren se juntam a outros autores como Spellmann, Lima e Martins na criação de uma bibliografia que dialoga também com as percepções e linhas de pensamento de países fora do norte global. Da mesma forma, autores clássicos como Keohane também são mencionados tendo em vista sua grande contribuição para o campo das relações internacionais, e com eles se somam outros autores de escolas europeias que também se destacam por sua participação na produção de conhecimento, como Freeman.

¹ [projetos aiib tcc 2016-2022](#)

3. O FINANCIAMENTO MULTILATERAL À ÍNDIA E O AIIB

3.1. A EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO MULTILATERAL AO DESENVOLVIMENTO

Dentro do âmbito da literatura que se debruça sobre o tema da Cooperação Internacional, uma parte significativa concorda que o marco inicial da área dá-se na assinatura dos acordos de Bretton Woods. Keohane, (1984), assevera que a conferência realizada em julho de 1944, em New Hampshire, nos Estados Unidos, ocorreu no contexto do final da Segunda Guerra Mundial, no qual mais de 40 países deliberaram acerca da fundação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), em um momento histórico no qual uma parcela significativa das nações do norte global se encontravam devastadas e empobrecidas em decorrência da guerra.

Até esse momento, a Cooperação Internacional era escassa e primariamente sustentada pelo fato de haverem interesses temporários em comum, o que era solidificado pelo poder hegemônico dos Estados Unidos, que garantia a construção e manutenção do regime de cooperação (Keohane, 1984). Todavia, o regime de cooperação ainda não era entendido tendo em vista as correntes de pensamento que preponderava na época. Keohane argumenta que apesar da conceituação de que política internacional é um ‘estado de guerra’ constante na qual existe apenas a competição entre estados e que é volátil aos interesses dos agentes (Hoffmann, 1965), a existência da cooperação torna essa ideia incoerente à medida que ela se alastra no cenário político e econômico internacional.

O BIRD, instituição que futuramente veio a compor o grupo Banco Mundial (BM), surgiu inicialmente com o intuito de reconstruir a Europa no pós-guerra e investir na economia de países em desenvolvimento. Em sua elaboração, ficou evidente a preponderância dos países do norte global nas negociações, sendo isso visível na própria estruturação do projeto, no qual os Estados Unidos sozinho detinham um terço do poder de voto, que, somado com as porcentagens de outros países europeus aliados e a União Soviética chegava a dois terços do total (Wihtol, 2014). Entretanto, a dominância dentro da governança das instituições não sofreu grandes alterações ao longo do tempo. Wihtol (2014) assevera que, apesar de mudanças drásticas na contenda de poder de voto terem ocorrido ao longo da história do Banco Mundial - com alterações pontuais na proporção de votos -, questões como postos de liderança institucional nunca saíram das mãos das potências do norte global.

Com a implantação do Plano Marshall em 1947, o foco do banco passou a ser investimento em infraestrutura em países menos desenvolvidos, o que escancarou rapidamente que o gap estrutural na realidade desses países era muito maior e mais complexo do que a capacidade da instituição financeira de abarcar todas essas questões (Wihtol, 2014). O que incentiva o acontecimento de outras conferências que resultam no surgimento de outros bancos de desenvolvimento formulados de forma a atender problemas e regiões específicas de maneira focal, como é o caso do Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Faz-se relevante ressaltar que dentro do contexto do sul global as relações de cooperação ganham cada vez mais nuances à medida que os países optam cada vez mais pela cooperação. Em adição a isso, o aumento de disparidades entre nações ainda caracterizadas sob a mesma categoria ‘sul global’ sem diferenciações acrescenta ao diálogo um tom hierarquizante. A China é destacada no sentido de que, ao se considerar um país em desenvolvimento, ela se torna um ator da cooperação sul-sul. Todavia, seus índices não são comparáveis com a maioria dos outros integrantes do sul global (Vadell, et al., 2020). Nesse sentido, é necessária uma nova discussão acerca das configurações de relacionamento entre os países do bloco, algo como uma releitura da conferência de Bandung em 1955.

A criação de instituições financeiras regionais permitiu que as suas governanças contassem com uma participação mais homogênea dos seus membros, bem como um foco maior em problemáticas em comum dos integrantes (Wihtol, 2014). Isso vai de acordo com Keohane quando ele constata que o desenvolvimento de uma rede de tratados e associações nesse âmbito vêm da necessidade de coordenação criada pela interdependência, que é um ponto fundamental para que se procure a cooperação. Nesse contexto, a cooperação se caracteriza justamente pela formação de regimes constituídos de instituições que, movidas pelo interesse comum das nações membros, se mobilizam para solucionar as questões relacionadas à problemática em foco (Ruggie, 1992).

Dessa maneira, na esfera de financiamento multilateral, o surgimento de bancos de desenvolvimento a nível regional ou voltados a uma única problemática a partir da década de 1950 materializam uma maior abertura à cooperação. Com a criação de bancos regionais como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) em 1964, o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) em 1966, o BEI em 1958 e por último o BID em 1959 percebe-se que a tendência à cooperação surge não apenas como uma forma de atingir um objetivo comum, mas também como uma ferramenta dos estados para promover avanços econômicos

de forma geral, e voltados, sobretudo, a construção de infraestrutura. Isto ocorreu, entretanto, apesar da capacidade financeira própria para tal ou do estágio de desenvolvimento doméstico (De Luna-Martínez; Vicente, 2012).

De acordo com De Luna-Martínez e Vicente (2012), a relevância dos bancos de desenvolvimento reside no fato de que essas instituições estão entre as maiores fontes de quantias altas de crédito de longo prazo para nações não-desenvolvidas ou em desenvolvimento. A necessidade da melhoria da infraestrutura em países pobres precede a capacidade de arcar diretamente com os custos, o que, somado ao alto risco que estes empréstimos representam, faz que instituições privadas não tenham a disponibilidade de capital a ser emprestada com tanta incerteza acerca do retorno.

Nesse sentido, bancos de desenvolvimento, em especial os voltados a regiões específicas, por serem elaborados justamente para esse propósito, têm um papel essencial em fornecer crédito para setores estratégicos economicamente apesar dos riscos. Vale ressaltar que, no contexto asiático, essa incapacidade de custear o próprio desenvolvimento é consequência direta de um passado colonial comum do continente, que remonta a séculos de submissão às atuais potências mundiais, e que ainda hoje prejudica o avanço estrutural local.

Nesse sentido, a governança econômica internacional ganha novos agentes à medida que cada vez mais instituições financeiras legitimadas por governos nascem na esfera econômica política. Se por um lado, instituições hegemônicas de financiamento perdem uma parte do seu poder de influência com o aumento de atores, há também uma mudança nos processos e burocracias que facilitam o acesso à crédito e alteram os padrões de governança vigentes (Griffith-Jones; Cozzi, 2015).

Seguindo essa linha de raciocínio, as mudanças na economia política não necessariamente são vistas de maneira positiva. Wihtol (2014) e Woods (2008) parecem concordar que o que eles se referem como ‘emerging donors’ ou credores emergentes - a exemplo de atores estatais como a China - têm influenciado o sistema de maneira ambígua. Se por um lado eles facilitam o acesso a crédito por países que o necessitam, eles fazem isso sem seguir procedimentos que garantam responsabilização por parte dos tomadores de empréstimo quanto a questões ambientais ou de direitos humanos, por exemplo.

Além disso, a emergência de novos agentes financeiros com menos ressalvas e condições em seus empréstimos faz que instituições tradicionais como o BM sejam preteridas em relação a elas, o que então seria um retrocesso no que diz respeito a todo o progresso com questões relativas a *compliance* e *accountability* (Woods, 2008). Dentro desse contexto, a

China é apontada como um dos maiores agentes transformadores do sistema. O país é o maior credor bilateral desde 2017 (Horn et al., 2021), um esforço que tem sido percebido mais notavelmente desde 2008, todavia iniciado em 1950 (Vadell et al., 2020). Com uma estimativa de pelo menos \$1,1 trilhão de dólares emprestados (Horn et al., 2021), a República Popular tem investido diretamente em propostas de obras em infraestrutura em países em desenvolvimento.

Seguindo essa linha de raciocínio, a China se insere nessa esfera redefinindo as dinâmicas praticadas, com atenção para a cooperação sul-sul, em uma estratégia que ao mesmo tempo que aprofunda a relação bilateral do país chinês com os países devedores, também gera desenvolvimento para setores estratégicos no destino do investimento (Vadell et al. 2020.). Todavia, Woods (2008) e Hawk (2023) concordam que a desvantagem desse processo é que estes empréstimos criam novos problemas no sul global no sentido que anulam políticas de eliminação de dívidas e afundam esses países em juros mais altos que os praticados pelo BM e multas adicionais de atrasos em pagamentos.

Deve-se destacar que o fortalecimento da cooperação sul-sul promovido pela China é interessante para a região na mesma medida que ameaça a hegemonia de países do norte global nesse contexto. Instituições como o Banco de Investimento em Infraestrutura Asiático (AIIB) e projetos como a Nova Rota da Seda (BRI) são vistos muito mais como ameaças do que como ferramentas globais aos olhos das forças hegemônicas (Spellmann, 2022). A oposição dos Estados Unidos à criação do AIIB materializada nos discursos do presidente e porta-vozes do país americano durante o período que precedeu a sua fundação são evidência do reconhecimento da ameaça à hegemonia financeira que a China representa. As preocupações em torno da forma de governança a ser adotada no futuro da economia política mundial se devem à necessidade de haver rigor com as boas práticas financeiras, mas também ocorrem como receio frente a uma ordem não comandada pelas atuais hegemonias mundiais.

Em adição a isso, outros fatores merecem ser observados diante desse cenário. O destino dos empréstimos realizados pelos agentes financeiros. A escolha da Índia como país a ser analisado dentro desse universo ocorre na medida em que o Estado indiano se utiliza historicamente de empréstimos de instituições financeiras para fomentar o seu desenvolvimento (Verma; Brennan, 2011). Inicialmente citando o BM, tem-se que, dos mais de 22 mil projetos submetidos desde a sua fundação, 935 são da Índia, totalizando 4,2% dos projetos, acumulando mais de USD 74 bilhões em empréstimos até 2009 (Press Trust of India, 2009) , o que o qualifica como o maior credor do banco. Mencionando também o AIIB,

tem-se que o país indiano é novamente a maior direção dos empreendimentos, com quase 19,4% dos projetos aprovados e 22,5% do capital investido pela instituição alocado no país (Portal AIIB, 2023). Da mesma forma, a Índia representa a localidade de 10% dos projetos aprovados do ADB desde a sua fundação (Portal ADB, 2024).

Dessa maneira, percebe-se que para fins de coleta de dados e melhor leitura de conjuntura, a república indiana se destaca por oferecer um vasto leque de informações a serem examinadas, além de se mostrar como uma peça importante do quadro de financiamento de desenvolvimento a nível regional e global. A sua importância no continente asiático e a sua aproximação com a China, visível por meio das várias frentes de cooperação que os dois países engendraram conjuntamente - como o bloco dos BRICS e o AIIB - são questões passíveis de uma investigação mais minuciosa sobre o que isso representa para o futuro da economia política internacional.

3.2. O BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

O Banco de Investimento em Infraestrutura Asiático (AIIB) iniciou-se como uma ideia que partiu da China, em um momento no qual se prospectava que as instituições internacionais de financiamento seguiam uma agenda estabelecida por países que tinham poder de influência o suficiente para arquitetar e dirigir essas organizações de forma a atender os seus interesses. A partir dessa perspectiva, pensa-se o AIIB como um banco que não está a serviço desse grupo e que não se alicerça sob nenhum tratado ou convenção do norte global. Além disso, se propõe a ser uma organização imparcial e democrática, na qual os países membros não irão apenas usufruir dos seus serviços, mas também contribuir para a governança da instituição.

Como toda instituição financeira multilateral, o AIIB tem como missão o fomento do desenvolvimento dos países-membros por meio do financiamento total ou parcial de obras de infraestrutura de porte variado. A ideia foi proposta pela primeira vez em 2013, fazendo um lançamento formal apenas um ano depois, em 2014. Entre os 21 países convidados, nenhuma nação do norte global estava presente. Seguindo à risca a agenda proposta, a assinatura da ata de fundação do banco foi realizada ainda em 2015, com 57 países membros, sendo 37 deles localizados no continente asiático. Esse número é contrastado pelo número de países interessados no começo, quando o orçamento do banco girava em torno de US\$50 bi, com uma dúzia de membros confirmados.

No que tange à governança global o caso do AIIB é interessante pois a união de países em desenvolvimento para a reimaginação de uma instituição que é tão similar em propósito à outras já existentes regidas e ancoradas em princípios e normas estabelecidos por países influentes do norte global demonstra que há um vácuo a ser preenchido pelo AIIB. Pode-se apontar que uma organização desenhada e financiada por nações em desenvolvimento consiga condições menos abusivas de contrato, tendo em comparação o *modus operandi* do Banco Mundial e FMI (Stone, 2008) (Clark; Dolan, 2021). Ainda nessa linha, alguns autores, como é o caso de Ming Wan, em seu livro “A Política Econômica do Leste Asiático”, chegam a declarar que o AIIB é o equivalente funcional dessas instituições de financiamento internacional, destacando o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento como contraposições.

Nesse contexto, no ato da criação do AIIB, a Índia já detinha o posto de segundo país com maior poder de voto. Essa divisão foi feita com base no montante do PIB de cada país, todavia, isso representava 7,51% dos votos, em contraste com a China, que detinha 26,06% (Wan, 2015) o que é considerado um poder de veto efetivo, tendo em vista que segundo a política do banco é necessário ao menos 75% dos votos para aprovação de um projeto.

A fundação do banco ocorreu sem grandes reviravoltas, ao mesmo tempo, levantaram-se várias questões acerca da mudança na ‘ecologia financeira global’ (Wan, 2015). Primeiramente, durante as negociações acerca da estruturação do banco, o investimento inicial chinês foi ampliado para US\$100 bi, além disso, foi estabelecido que a sua sede se localizaria em Pequim. Somando isso à grande parcela no poder de voto e temendo uma má interpretação de suas ações, o ministro de finanças chinês Lou Jiwei declarou que a China não busca dominância, e que seu poder dentro da organização diminuiria com o aumento do número de membros.

Ainda durante o processo de estruturação do banco, foi dado um prazo máximo para que países submetessem sua intenção de ser membro fundador, a qual até o seu final contou com a presença de muitas das potências do norte global, incluindo Alemanha, França e Reino Unido, juntamente com outros países declaradamente alinhados aos Estados Unidos como Austrália e Coréia do Sul. Isso não ocorreu, é claro, sem causar preocupação para a política externa da nação estadunidense, que declarou que a fundação do AIIB é uma estratégia para sabotar o Banco Mundial e o ADB, além de uma maneira da China de se aproximar de países do sudeste asiático (Watt; Lewis; Branigan, 2015). Ao mesmo tempo, em 2009 o Banco Asiático de Desenvolvimento declarou que até 2020 seria necessário o investimento de US\$8

trilhões em infraestrutura, o que é muito acima do capital que o Banco Mundial e o ADB poderiam oferecer (Perlez, 2014).

Em adição a isso, para além de uma noção de competição, os discursos de autoridades chinesas giravam em torno do conceito de complementaridade, ressaltando também que as duas outras instituições tinham burocracias desnecessariamente extensas. Todavia, o desencorajamento à participação e uma oposição aberta já era esperado por parte dos Estados Unidos e do Japão. O primeiro por um temor de que o AIIB, assim como outras iniciativas chinesas, faça parte da construção de uma nova ordem mundial, na qual o *status quo* seria alterado de tal maneira que o país estadunidense não ocupasse posto de potência mundial com poder de influência tão grande (Woods, 2008), esse movimento de oposição também é possível de ser observado na busca por um canal de comunicação com a Austrália e a Coreia do Sul após o Reino Unido ter submetido sua intenção de integrar o AIIB (Watt; Lewis; Branigan, 2015).

Já no caso do Japão, um processo semelhante ocorre, porém em uma escala menor. Disputando com a China a liderança política da Ásia, o Japão vem a muito tempo deixando o posto de maior potência asiática. O crescimento chinês nas últimas décadas tem causado muitas mudanças na ordem geopolítica do continente e da região, de tal maneira que o Japão, conhecido por ser um polo de inovação e desenvolvimento na Ásia, bem como aliado dos Estados Unidos, não é mais o principal agente influenciador.

A recusa em se juntar à instituição por parte das duas nações é fortemente enraizada na noção de que dentro do AIIB a China terá um poder de tomada de decisão muito mais forte que eles, ao mesmo tempo que seria também visto como integrar um movimento de mudança que vai contra os seus próprios interesses, tendo em vista suas estratégias econômicas e a dinâmica imposta à China no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e no Banco Mundial (Wan, 2007).

Diante dessas circunstâncias, é interessante analisar onde se encontra o AIIB na estratégia econômica política chinesa e qual a sua função diante dos interesses e projeções de futuro chineses. Notavelmente, a China tem buscado uma maior projeção regional e mundial dentro de questões políticas e econômicas. Para além de apenas um parceiro econômico, a nação chinesa busca também ser um agente influenciador do sistema internacional, isso pode ser observado não só na criação de iniciativas como o AIIB e a Nova Rota da Seda, mas também no fato de que países abertamente contra esses projetos, como Estados Unidos e Japão também foram convidados a participar. Além disso, quanto mais nações envolvidas

estiverem integrando o banco, maior a nota de crédito da instituição no mercado financeiro, o que explica também os convites da China às outras nações do norte global e as concessões feitas a elas para que submetessem seu interesse em participar da fundação do projeto.

A forma como houve uma adesão relativamente rápida ao banco diante de todos os impasses políticos demonstra de certa maneira a existência de uma tendência de legitimação por parte das outras nações de uma maior influência chinesa dentro do universo financeiro. Esses aspectos são somados ao entendimento de que apenas capital não é suficiente para fazer instituições financeiras desse porte funcionarem faz reconhecer que o movimento de acomodação da China no cenário internacional relatado pelos Estados Unidos (Perlez, 2014) é bem palpável.

Ao mesmo tempo, paradoxalmente, as movimentações diplomáticas que a nação chinesa faz em nome de conseguir essa participação do norte global diminui o seu poder dentro da instituição. O AIIB, ainda que não possa ser enxergado como uma instituição que se contrapõe à lógica financeira vigente, já que opera da mesma maneira que as outras, pode ser visto como uma ferramenta que agrega a sua estratégia a longo prazo no que tange a buscar mais respaldo e influência a nível global. Especialmente tendo em conta os esforços contrários dos Estados Unidos e do Japão na esfera mundial e regional respectivamente.

Sendo assim, pode-se afirmar que o AIIB é meticulosamente desenhado de forma a ser alinhado com a recente estratégia de política externa chinesa (Wan, 2007 p.97) ao mesmo tempo em que se enquadra na ordem atual e não desafia ela diretamente. A China é fundamentalmente diferente dos Estados Unidos e no caso de uma mudança no eixo político internacional, ainda que branda, não se pode dizer que o país chinês buscaria o aumento de influência nos mesmos termos que os estadunidenses.

4. A ÍNDIA E O NOVO FINANCIAMENTO MULTILATERAL

Em busca de fazer uma análise fidedigna do panorama doméstico e internacional faz-se necessário debruçar-se primeiramente sobre o contexto indiano. o país tem outros aspectos relevantes que valem a pena serem trazidos. Sendo um território de dimensões continentais, faz sentido que seja tão plural cultural e etnicamente. Com uma história longa, cuja região tem seus primeiros registros de ocupação humana datados a milhares de anos atrás (Singh, 2009), entende-se a Índia como uma nação com um passado muito complexo para não ser levado em consideração dentro desta análise, apresenta-se como um país desigual em suas

oportunidades, porém faminto por desenvolvimento. O que pode ser visto, entre outros detalhes, na quantidade de submissões de propostas de projetos no AIIB. Que, entre a fundação da instituição e o final do ano de 2022 já somavam 58 projetos (Portal AIIB, 2023).

Destrinchando um pouco, o contexto indiano é explicável através da sobreposição de acontecimentos que culminou na situação a qual ele se encontra atualmente. A Índia do jeito que conhecemos hoje existe há menos de 60 anos, depois de passar por séculos de dominação predominantemente britânica, os diversos grupos humanos que povoavam o subcontinente indiano atingem a façanha de se unir sob o mesmo manto identitário e assim constituir uma nação que, ainda que extremamente plural e muitas vezes paradoxal, se juntava com o propósito de opor mais de 300 anos de ocupação e colonização (Sekhon, 2000) (Deshpande, 2010).

Seguindo essa linha de raciocínio, em um país com um contexto geopolítico complexo, faz-se necessário explicar a formação da Índia enquanto uma nação. Composta por diversos grupos étnicos e com 22 línguas registradas em sua constituição, número que é bem menor do que as 122 duas línguas faladas em seu território, a Índia é um país no qual um observador inexperiente teria dificuldade para entender como funcionam as relações sociais (Sekhon, 2000).

Talvez, propositalmente, o governo não distingue grupos étnicos ou raciais em seu Censo, apenas concebe a existência de tribos e grupamentos humanos que se encaixam nesse conceito. Em um país tão diverso, no qual muitas vezes o conceito de língua e dialeto se mistura, assim como diversos outros aspectos culturais que parecem intencionalmente ou por simples desinteresse serem ignorados ou subnotificados, é impossível não ventilar a possibilidade de isso ser uma estratégia de unificar uma população que ainda não consegue se entender enquanto uma só nação. Por ser um país com território tão extenso, a união de uma população multiétnica seria uma tarefa muito mais difícil se não fossem pelos séculos de exploração que passaram juntos, perpetradas por povos que eram ignorantes ou racistas demais para não englobarem toda essa pluralidade em uma massa pouco coesa chamada ‘indianos’ (Deshpande, 2010).

De certa maneira, a existência de um único povo indiano foi uma imagem que se fortaleceu muito em um contexto de oposição à ocupação britânica durante os movimentos de reivindicação da independência durante a primeira metade do século XX. A prova de que essa aliança não era firme o suficiente é a separação dos territórios de Bangladesh e Paquistão, que, após a conquista do direito de se autogovernar se entenderam deveras dessemelhantes de

uma gleba a qual foram incorporados durante centenas de anos. Para além de diferenças culturais e linguísticas, a sociedade indiana enfrenta ainda cicatrizes profundas no tecido social causadas pela perpetuação do sistema de castas. Um projeto de estratificação social que tem seus primeiros registros datados no século XV A.C. (Deshpande, 2010) não poderia ter tido um impacto maior na formação da sociedade indiana, ao dividir a população dentro de uma escala pouco menos do que arbitrária, enraizada em paradigmas essencialmente míticos e idealizada de forma a inviabilizar qualquer movimentação social fez que uma quantidade incontável de gerações tivesse seu destino traçado antes mesmo do nascimento dos seus avós. Definindo até mesmo as ocupações laborais que um indivíduo poderia ter, as castas tiveram um papel crucial na construção dos aspectos de desigualdade, pobreza e educação que observamos hoje na Índia (Deshpande, 2010).

Apesar de o sistema de castas ter caído em desuso a décadas e o governo indiano realizar ações afirmativas de forma a propiciar mudança social, não se pode dizer que isso é suficiente para aplacar séculos de história. Ainda mais, não se pode deixar de levar em conta a revolta das elites diante da perda de privilégios assegurados a mais tempo do que se pode lembrar, a exemplo do grupo para-governamental militar Ranvir Sena, milícia que operou entre 1994 a 2000 organizada pela elite brâmane, tendo como alvo cidadãos descendentes de castas mais baixas. Ressalta-se também, que o progresso social resultante dos programas afirmativos governamentais não é igual em todas as regiões do país, sofrendo mais aceitação em algumas localidades do que outras (Deshpande, 2010), o que acrescenta mais uma dimensão na compreensão acerca dos desafios e perspectivas da Índia no que tange ao avanço social e econômico.

Seguindo essa linha de raciocínio, onde temos diversos povos com dificuldade de se entender enquanto uma única nação, com um passado em comum marcado pela exploração e opressão de colonizadores e recuperando-se de uma organização interna discriminatória que vigorou durante dezenas de séculos emerge um país que tem como cicatriz índices de desigualdade que mantêm a memória dessa história comum. Esse aspecto pode ser enxergado na disparidade de índices de desenvolvimento interregional onde tem-se que o rápido crescimento que a Índia sofreu desde a declaração de independência ocorreu de forma desordenada e desnivelada, sem planejamento estrutural, de forma a agravar diferenças que decorrem de seu passado colonial (Jose, 2019), processo comum em nações de desenvolvimento tardio.

Entre os anos de 2004 e 2014 o país vivenciou 7% de crescimento do PIB anualmente, com aumento do consumo da população e desenvolvimento de setores da indústria local. O que ocorre é que essa industrialização não ocorreu de forma planejada, muito menos distribuída, além disso, o crescimento de renda e melhoria da infraestrutura pública não aconteceu de maneira uniforme no país. De acordo com os dados trazidos por José em 2019, constata-se que até mesmo estados indianos com a maior porcentagem de habitantes vivendo abaixo da linha de pobreza conseguem avanços surpreendentes nesse aspecto, com variações excelentes na comparação entre os anos de 2004 e 2012, um curto espaço de tempo. A exemplo de Bihar e Orissa, tem-se que em 2004 contavam com 54,4% e 57,2% da sua população vivendo abaixo da linha de pobreza, respectivamente. Em 2012 essa situação converteu-se para 33,74% e 32,59%.

É um avanço excelente para a qualidade de vida da população, todavia, quando comparado a estados como Goa e Kerala que no mesmo período reduziram sua taxa de cidadãos vivendo abaixo da linha de pobreza de 24,9% e 19,6% para 5,09% e 7,05% respectivamente, vê-se que ainda há uma disparidade muito grande entre os estados. Uma explicação para a disparidade atual é que o grande déficit na infraestrutura nacional afastou a instalação de empresas estrangeiras, o que gerou um desenvolvimento da indústria local, que resultou no desenvolvimento de somente algumas áreas urbanas, de forma desordenada (José, 2019). Em decorrência da falta de planejamento desse processo, o crescimento econômico e industrial que o país passou impactou os índices de desigualdade de forma negativa.

Apesar da aplicação de políticas públicas para redução dessa distância, o país ainda tem vácuos muito grandes no que tange a planejamento urbano e logística, sendo os maiores prejudicados dessa questão os grupamentos em áreas rurais, que em muitos casos são de difícil acesso ou nem ao menos são conectados com as vilas vizinhas. Os altos níveis de disparidade que cortam o país em diferentes dimensões -região, classe social, educação, gênero, entre outras- impedem avanços econômicos e sociais sólidos em escala nacional. Dessa forma existe um grande incentivo do governo no investimento em obras nos setores de infraestrutura, saneamento básico, transporte, energia e agricultura. Esses investimentos são possíveis através de financiamentos governamentais e privados focados em criar um ecossistema que incentive o desenvolvimento humano em áreas com qualidade de vida precária.

5. O AIIB NA ÍNDIA

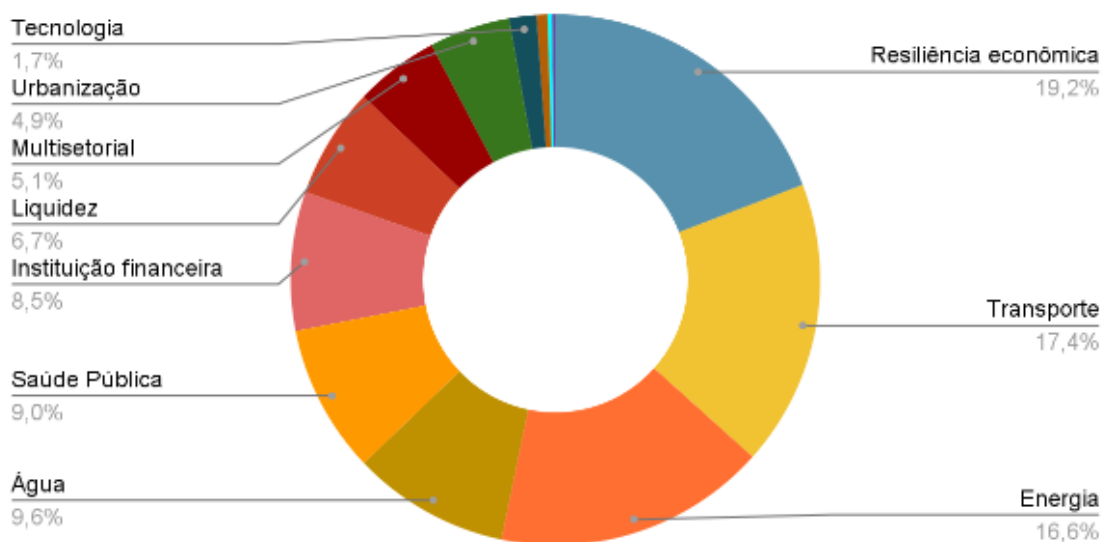
Diante da estratégia chinesa para o AIIB e as conveniências que isso traz para a Índia em sua busca por financiamento, tem-se que a relação entre o país e a instituição foi próxima desde o momento da sua fundação. Atualmente, dando seguimento aos laços estreitos, a Índia ocupa hoje a vice-presidência do banco, além disso, continua a deter o segundo maior poder de votação dentro da instituição, ainda que muito distante do primeiro maior. A relação da Índia com a estratégia de financiamento do desenvolvimento é bem sólida, sendo um país com muitos projetos junto ao Banco Mundial também. Com as taxas de crescimento econômico expressivas e constantes nas últimas duas décadas, o país indiano carece muito ainda da infraestrutura básica necessária para dar suporte e continuidade a esse movimento.

Dessa forma, primeiramente analisando de forma quantitativa a atividade do banco entre os anos de 2016 e 2022, vemos um total de 280 projetos propostos, dos quais 201 foram aprovados, totalizando 71,8% das proposições e US\$37,9 bi investidos. Entre os projetos aprovados, vemos uma tendência no que tange ao setor investido. Os setores de Energia, transporte e mobilidade e resiliência econômica se destacam como os que mais receberam investimento, representando 18,9%; 13,9% e 11,4% dos projetos, respectivamente. Conjuntamente, são quase metade dos investimentos do AIIB.

Em contraponto a isso, nota-se que os setores de infraestrutura educacional, agricultura e ‘outros’ representam, juntos, menos de 2,5% dos projetos. Se por um lado pode-se imaginar que essas informações apontam para uma conclusão empírica de que a instituição mostra ter um objetivo direcionado ao aprovar mais projetos destas searas em contrapartida a outras, ao se analisar conjuntamente com os dados dos projetos propostos não aprovados, nota-se que entre eles os mesmos setores se destacam da mesma forma: Os primeiros três gêneros citados compõem mais da metade dos projetos não aprovados, enquanto o outro grupo segue a tendência e constitui menos de 3%. Observar gráfico 1.

Distribuição do capital investido por setor

Total: US\$ 37,9 bi. Fonte: Portal AIB. 2023.



2

Sendo assim, a conclusão que se pode inferir a partir desta exposição é que o perfil de projeto submetidos é voltada para questões infraestruturais primárias como segurança energética, mobilidade e apoio financeiro. Esse dado coincide com os vácuos estruturais que a Ásia, localização predominante dos projetos, apresenta dentro de seus obstáculos para o desenvolvimento (Bhattacharyay, 2010). No caso específico da Índia, as lacunas existentes nesses setores são, em parte, apontadas como um dos agravantes dos altos índices de desigualdade que o país enfrenta, sugerindo que as províncias mais pobres o são justamente pela falta infraestrutura básica para o desenvolvimento social e econômico autônomo (Jose, 2019). Adentrando ainda mais nesse tópico, vemos que, segundo dados retirados do último Censo indiano, tem-se que apenas 55% dos agrupamentos urbanos e rurais têm acesso a energia elétrica e apenas 65% delas tem estradas estruturadas e pavimentadas.

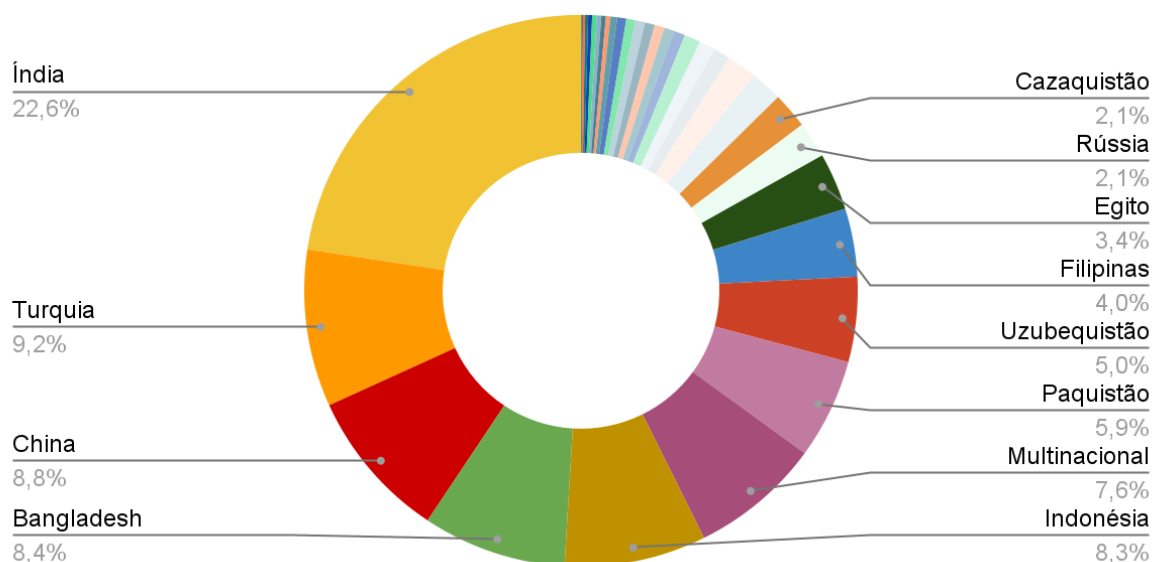
Analisando a atividade do banco dentro do contexto nacional indiano, algumas informações se fazem relevantes. Até o final de 2022 a Índia foi o principal destino dos recursos financeiros da instituição, recebendo mais de 22% do capital investido desde a sua fundação, na ordem de US\$8,5 bi. Essa porcentagem supera em quase três vezes o segundo e terceiro lugar dessa escala, Turquia e China, com US\$3,48 bi e US\$3,34 bi emprestados, respectivamente. Dentro do contexto indiano isso não representa uma relevância tão massiva,

² O termo Resiliência econômica aqui se refere à empréstimos do banco cujo propósito era auxiliar financeiramente países fragilizados economicamente em decorrência de complicações da crise da Covid22

tendo em vista que, segundo o IBEF, entre 2016 e 2021 o montante acumulado de investimento externo feito no país foi na ordem de US\$339,3 bi . Observar gráfico 2.

Distribuição do capital investido por país (2016-2022)

Total: US\$37,8 bi. Fonte: AIIB, 2023.



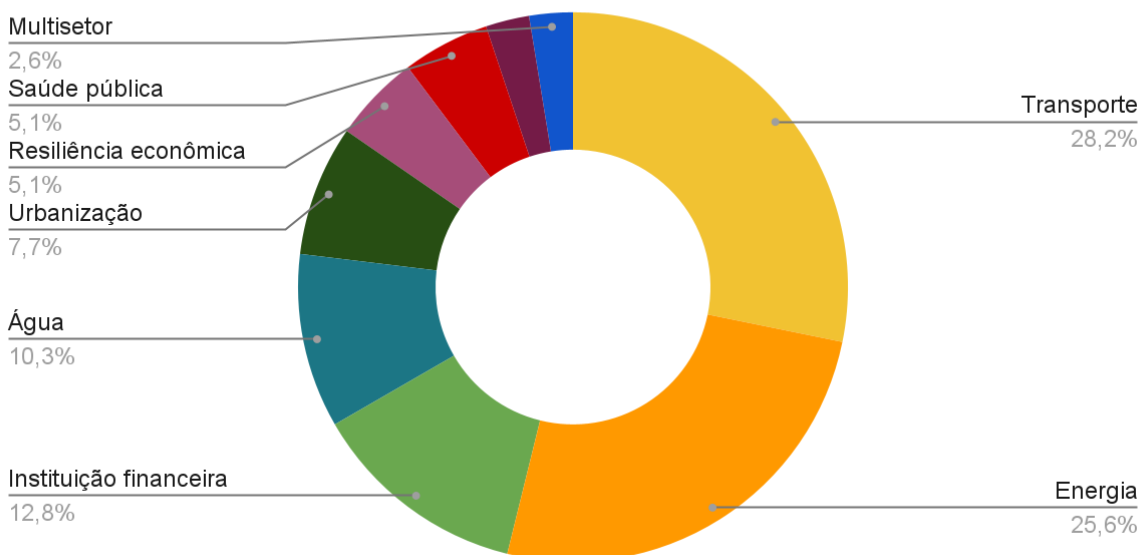
Todavia, não é surpresa que o país tenha essa posição, tendo em vista que o uso de empréstimos é uma estratégia comum para fomento de desenvolvimento na república indiana. Sob o prisma do espectro de desigualdade que o país sofre, podemos dissecar esses dados, evidenciando as diferenças observadas na nação. É fundamentalmente necessário separar estados como Punjab, Haryana, Gujarat e Kerala, que se diferenciam da média indiana e contam com acesso a energia elétrica e estradas em mais de 90% das suas vilas.

De maneira diametralmente oposta, os estados de Uttaranchal, Arunachal Pradesh, Nagaland e Assam se destacam pela falta de estrutura primária, onde o acesso a energia elétrica pode chegar a menos de 10% das vilas desses estados. Essas lacunas se refletem no padrão de projetos propostos ao banco pela Índia, no qual 53,8% deles é do setor de segurança energética ou mobilidade. Outros setores que também merecem destaque são o de urbanização, saúde pública e água, que também se referem a infraestrutura básica para a população e concentram 23,1% dos projetos. Outro aspecto importante a ser ressaltado são as localidades dos empreendimentos. Com quase 40% das iniciativas classificadas como ‘abrangência nacional’, apenas 9 das 36 unidades federativas têm iniciativas concluídas ou em andamento.

Entre estes, 6 deles apresentam IDH superior à média nacional, enquanto os outros 3 estão abaixo. Uma questão a ser levada em consideração é que o país totaliza 9 estados abaixo da média nacional (0,639), ou seja, 33% dos estados comparativamente subdesenvolvidos são localidades de empreendimentos do AIIB. Em contraposição ao grupo de estados com IDH acima da média nacional, no qual, percentualmente, 22% contam com projetos do banco. Destacam-se os estados de Andhra Pradesh, Assam e Tamil Nadu, que somados representam a localização de 25,7% dos projetos. Quanto aos dois primeiros, o IDH é de 0,643 e 0,605, respectivamente, sendo abaixo ou similar à média nacional. Já o último, é levemente acima, com 0,708 (dados de 2018.). Em adição a isso, cerca de 18% dos projetos no país são focados em regiões com índices abaixo da média nacional. Observar gráficos 3 e 4 abaixo.

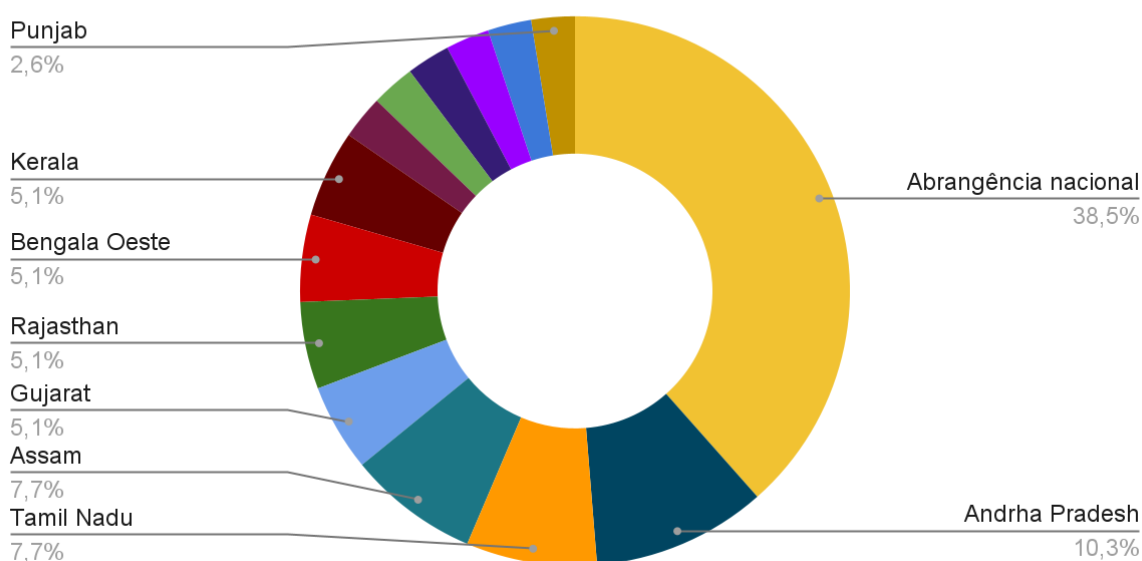
Projetos aprovados na Índia por setor

Total: 39. Fonte: Portal AIIB, 2023.



Projetos aprovados na Índia por estado

Total: 39. Fonte: Portal AIIB, 2023.



Dessa forma, percebe-se que, entre os projetos com abrangência resumida a apenas uma unidade federativa, os estados com IDH acima da média nacional concentram a aprovação de projetos indianos do AIIB, o que pode indicar que os empréstimos requisitados têm como intuito o desenvolvimento focal dessas regiões, sem necessariamente ter algum comprometimento específico com a redução de índices de desigualdade. A existência de projetos de abrangência nacional, por outro lado, pode indicar uma preocupação com esse quesito por parte dos agentes.

Em relação a alocação de capital do banco, vemos que existe uma estratégia de parceria junto a outras instituições. Percebida por autoridades políticas e institucionais como uma oportunidade de cooperação desde antes do início das suas operações, como é sinalizado por Clay Lowery, secretário do tesouro dos Estados Unidos entre 2005 e 2009 (Perlez, 2014), o AIIB, ainda que inicialmente rechaçado pelo país estadunidense é uma peça importante no cenário de financiamento de desenvolvimento na região asiática, segundo um estudo feito pelo Banco Asiático de Desenvolvimento lançado em 2010 eram necessários 8 trilhões de dólares em investimento até 2020 (Bhattacharyay, 2010).

Tendo em vista o orçamento de 78 bilhões de dólares do ADB (Perlez, 2014), entende-se que mesmo somados ao do AIIB e Banco Mundial ainda observa-se um abismo entre a quantia necessária e a disponível, logo, pode-se inferir que ainda que não existe um

cenário de competição entre as instituições, já que o escopo de atuação é tão amplo que permite vários players, o que, paradoxalmente, incentiva a cooperação.

6. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O AIIB é uma instituição financeira idealizada pela China em um contexto econômico e político em que os bancos de investimento em desenvolvimento regionais e globais tinham capacidades financeiras muito aquém das necessidades orçamentárias do continente asiático no que tange a solucionar o seu gap infraestrutural. Soma-se a isso o fato de os bancos de desenvolvimento de maior atividade na região -BM e ADB- serem parcialmente financiados e fortemente influenciados pelos Estados Unidos, o que valida a noção de que a esfera de investimentos em desenvolvimento asiática não é parcial no sentido de conceder empréstimos às nações que o solicitam, mas sim um instrumento financeiro a serviço de um país hegemônico que busca manter o status quo na região juntamente com os seus aliados locais.

Cabe especial menção ao papel institucional que o banco representa dentro da conjuntura econômica política atual, no qual os padrões de governança vigentes são alterados à medida que novos players se inserem no panorama. Em um contexto no qual o continente asiático sofre com altos índices de desigualdade, o AIIB floresce como mais uma ferramenta disponível para que os países usem de maneira a solucionar as suas questões estruturais de forma a oferecer à sua população os fatores básicos para fomentar o desenvolvimento econômico orgânico. Nesse sentido, a Índia se destaca como uma nação que tem usado desse artifício como estratégia para reduzir os seus déficits estruturais.

Com mais de US\$8 bilhões investidos no país, ele acumula mais de um quinto do capital investido do banco, sendo o principal devedor do AIIB. O país sofre com falhas com vácuos estruturais e assimetrias econômico-sociais que remetem ao sistema colonial perpetrado por diferentes nações que vigorou por séculos em todo o continente asiático, mas especialmente na Índia. As cicatrizes da ocupação e colonização da república indiana se materializam na falta de desenvolvimento visto nas regiões de pouco interesse dos colonizadores ao longo do tempo, em contraposição a centros urbanos bem desenvolvidos e modernos que de alguma maneira serviam à capital.

Apesar disso, em uma onda de crescimento que segue desde o início dos anos 2000, a Índia tem crescido economicamente em um ritmo considerável e constante, experienciando desenvolvimento e melhora de infraestrutura em todos os seus estados, ainda que em

diferentes graus. Com um freio no ritmo de crescimento do PIB devido principalmente aos efeitos da pandemia da SARS-Covid na economia mundial e local, atualmente o país tem como principais obstáculos à expansão econômica a disparidade social que impede um desenvolvimento mais autônomo da população.

Nesse sentido, o AIIB age na Índia sendo apenas uma das agências a investir na região, juntos com outras iniciativas multilaterais de financiamento ao desenvolvimento, bem como investidores privados. O mapeamento dos projetos aprovados entre 2016 e 2022 permite perceber as nuances das atividades do banco de investimento no país, no qual percebe-se que existem setores focais que recebem a maior parte do capital e coincidem com os maiores gaps infraestruturais da república indiana. Trazendo destaque para os setores de energia e transporte, entende-se que são uma questão crucial para um país com as dimensões da Índia e supres vácuos que impedem a urbanização e modernização de regiões isoladas.

Portanto, tendo como caso prático a República da Índia, tem-se que, apesar das discussões levantadas no período de elaboração do AIIB, e as ressalvas estadunidenses em relação às movimentações chinesas em busca de viabilizar o estabelecimento do banco, é possível inferir que não há de fato um cenário de competição no que tange ao contexto político econômico dos bancos multilaterais de investimento. A preocupação dos Estados Unidos está mais ligada à possível -e provável- mudança na governança econômica regional a longo prazo do que o que as suas externalizações relativas a um não-seguimento de um procedimento e boas-normas sustentáveis por parte da iniciativa chinesa parecem querer dizer. O aumento de agentes financeiros dispostos a emprestar capital suficiente para que uma nação possa fomentar o seu desenvolvimento é benéfico para os países, todavia esse processo aumenta o número de players e consequentemente difunde o poder de influência que eles possam ter, o que vai contra o interesse de nações hegemônicas.

7. REFERÊNCIAS

Aneja, A. China invites India to join Asian Infrastructure Investment Bank. **The Hindu**, 30 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.thehindu.com/todays-paper/tp-national/china-invites-india-to-join-asian-infrastructure-investment-bank/article6161311.ece>> acesso em: 12 de set. de 2023.

Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB). Who We Are. Disponível em: <<https://www.aiib.org/en/about-aiib/index.html>> . Acesso em 30 de mai. de 2022.

Bhattacharyay, B. Estimating Demand for Infrastructure in Energy, Transport, Telecommunications, Water and Sanitation in Asia and the Pacific: 2010-2020. **Asian Development Bank Institute**. ADBI Working Paper 248. Tokyo. 2010. Disponível em: <<http://www.adbi.org/working-paper/2010/09/09/4062.infrastructure.demand.asia.pacific/>> acesso em: 10 mar. 2024.

Brites, Pedro Vinícius Pereira; Jaeger, Bruna Coelho. A Criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e os Desafios à Governança Financeira Global. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, 2016. Acesso em: 17 de jun. de 2022

Census tables. Disponível em: <<https://censusindia.gov.in/census.website/data/census-tables>>. Acesso em: 12 mar. 2024.

Clark, Richard; Dolan, Lindsay R. Pleasing the Principal: US Influence in World Bank Policy making. **American Journal of Political Science**. v. 65, n. 1, p. 36–51, 2021.

Cozzi, Giovanni; Griffith-Jones, Stephany. Investment-led growth: a solution to the European crisis. **Greenwich Papers in Political Economy**. 2015.

De Luna-Martínez, José; Vicente, Carlos Leonardo. Global survey of development banks. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 5969, 2012.

Deshpande, Manali S. History of the Indian caste system and its impact on India today. 2010.

Dholakia, Ravindra H.. Regional Disparity in Economic and Human Development in India. **Economic and Political Weekly**. v. 38, n. 39, p. 4166–72. 2003.

Freeman, C. P. Constructive engagement? The US and the AIIB. **Global policy**, v. 10, n. 4, p. 667–676, 2019.

Hameiri, S.; Jones, L. China challenges global governance? Chinese international development finance and the AIIB. **International affairs**, v. 94, n. 3, p. 573–593, 2018.

Hawk, Amy. China ‘world’s biggest debt collector’ as poorer nations struggle with its loans. **The Guardian**, 6 de nov. de 2023. Disponível em: <China ‘world’s biggest debt collector’ as poorer nations struggle with its loans> acesso em: 1 de mar. de 2024.

Horn, S.; Reinhart, C. M.; Trebesch, C. China’s overseas lending. **Journal of international economics**, v. 133, n. 103539, p. 103539, 2021.

Jose, A.. India’s regional disparity and its policy responses. **Journal of Public Affairs**, v. 19, n. 4, 2019.

Kaya, A.; Woo, B. China and the Asian infrastructure investment bank (AIIB): Chinese influence over membership shares?. **The review of international organizations**, v. 17, n. 4, p. 781–813, 2022.

Keohane, Robert O. After hegemony: Cooperation and discord in the world political economy. **Princeton university press**, 2005.

Kumar, N.; Arora, O. Financing sustainable infrastructure development in South Asia: The case of AIIB. **Global policy**, v. 10, n. 4, p. 619–624, 2019.

Lima, Paloma Rávylly de Miranda, Spellmann, Samuel. Diálogos Institucionais e Políticas de Enfrentamento da Crise: Crise Pandêmica em Âmbito Global e Políticas Multilaterais. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/msant/Downloads/(2021)%20Lima,%20Spellmann%20(2021).pdf> Acesso em: 30 de maio. de 2022.

Linn, J. F. Realizing the Potential of the Multilateral Development Banks. **Brookings Institution**. 5 de set. de 2013. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/articles/realizing-the-potential-of-the-multilateral-development-banks/>>. acesso em: 20 de fev. de 2024.

Martins, Fernanda de Castro Brandão. A ASCENSÃO CHINESA E O SISTEMA FINANCEIRO E MONETÁRIO INTERNACIONAL: RUMO A UM POTENCIAL NOVO CICLO DE HEGEMONIA?.. Mestrado em Relações Internacionais Instituição de Ensino: UFBA, Salvador. **Biblioteca Depositária**. 16 mai 2017.

Ministry of Commerce of The People's Republic of China. Foreign Investment Guide of the People's Republic of China. Edição de 2021. Disponível em: <<http://images.mofcom.gov.cn/wzs/202112/20211207180940579.pdf>> Acesso em: 30 de mai. de 2022.

Mohan, Aniruddh. The future of nuclear energy in India. **ORF Occasional Paper**, v. 98, n. 3, 2016.

Perlez, J. U.S. Opposing China's answer to world bank. **The New York times**, 9 out. 2014. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2014/10/10/world/asia/chinas-plan-for-regional-development-bank-runs-into-us-opposition.html>> acesso em: 8 de ago. de 2023.

Qian, J.; Vreeland, J. R.; ZHAO, J. The impact of China's AIIB on the World Bank. **International organization**, v. 77, n. 1, p. 217–237, 2023.

Ren, X. China as an institution-builder: the case of the AIIB. **The Pacific review**, v. 29, n. 3, p. 435–442, 2016.

Ruggie, John Gerard. Multilateralism: the anatomy of an institution. **International organization**, v. 46, n. 3, p. 561-598, 1992.

Sekhon, Joti. Modern India. **McGraw-Hill Humanities, Social Sciences & World Languages**, 2000.

Spellmann, S. O Capital Chinês e o Imperialismo no Século XXI: o papel do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura na internacionalização do capital chinês no Sudeste Asiático (2013-2019). Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade Estadual da Paraíba: Campus V João Pessoa, 2020. Disponível em:

<<https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/files/2021/06/Farias-Samuel-Andre-Spellmann-Cavalcanti-de-Dissertacao-2020-1.pdf>> Acesso em: 30 de mai. de 2022.

Spellmann, Samuel. O AIIB e a securitização do desenvolvimento: a transposição da ameaça chinesa para o financiamento multilateral. **Mural Internacional**, v. 13, p. e61502-e61502, 2022.

Stephen, M. D., & Skidmore, D. The AIIB in the Liberal International Order. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 12, n. 1, p. 61–91. 2019

Stone, R. W. (2008). The Scope of IMF Conditionality. **International Organization**, v. 62, n. 4, p. 589-620, 2008.

Vadell, Javier; Brutto, Giuseppe Lo; Leite, Alexandre Cesar Cunha. The Chinese South-South development cooperation: an assessment of its structural transformation. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, p. e001, 2020.

Verma, R.; Brennan, L., "The investment development path theory: evidence from India", **International Journal of Emerging Markets**, v. 6 n. 1, p. 74-89. 2011.

Washington rebukes Britain's decision to join China-backed Asian infrastructure bank. The standard, 17 mar. 2015. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150316182317/http://thestandard.com.hk/breaking_news_detail.asp?id=58463&icid=2&d_str=20150313> acesso em: 8 de ago de 2023.

Wan, M. The political economy of east Asia: Striving for wealth and power. 1º ed. Washington DC, United States: CQ Press, 2007.

Wan, M. The Asian infrastructure investment bank: The construction of power and the struggle for the east Asian international order. 1º ed. New York: Palgrave Macmillan US, 2016.

Watt, N.; Lewis, P.; Branigan, T. US anger at Britain joining Chinese-led investment bank AIIB. **The Guardian**, 13 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2015/mar/13/white-house-pointedly-asks-uk-to-use-it-s-voice-as-part-of-chinese-led-bank>> acesso em: 12 out. 2023.

Whitol, Robert. Whither multilateral development finance? **SSRN Electronic Journal**. ADBI Working Paper 491. 29 jul. 2014.

Woods, Ngaire. Whose aid? Whose influence? China, emerging donors and the silent revolution in development assistance. **International affairs**, v. 84, n. 6, p. 1205-1221, 2008.

World Bank, The. Overview: How the World Bank Group is helping countries with COVID 19 (coronavirus). **The World Bank Press Release**, 11 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2020/02/11/how-the-world-bank-group-is-helping-countries-with-covid-19-coronavirus>>. Acesso em: 30 de mai. de 2022.

World Bank, The. Who we are. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/who-we-are>> Acesso em: 17 de jun. de 2022

Yeo, Yukyung. China's Policy of "Going Out" 2.0 : Ideas, Interests, and the Rise of the Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB). **The Korean Journal of International Studies**. v. 16, n. 3, p. 367-387, 2018.